

Processo IC UNDP-BRA-00174

Projeto BRA/20/008 - Projeto de apoio à recuperação da atividade econômica,
pós-covid-19, com ênfase no desenvolvimento regional e da infraestrutura

Painel de Indicadores do Desenvolvimento Regional

- Produto 2 – Revisão e atualização do Painel de Indicadores -

Responsável técnico:

Prof. Pedro Amaral
)

SUMÁRIO

Sumário Executivo	3
Introdução	7
Disparidades regionais.....	10
Painel de Indicadores	13
Política Horizontal X Política Regional	14
Política Nacional de Desenvolvimento Regional II	17
Painel de Indicadores de Desenvolvimento Regional.....	18
Considerações Finais.....	38
Referências	39

Sumário Executivo

Este documento contempla a segunda entrega do Processo IC UNDP-BRA-00174, integrante do Projeto BRA/20/008 - Projeto de apoio à recuperação da atividade econômica, pós-covid-19, com ênfase no desenvolvimento regional e da infraestrutura. Como previsto no Termo de Referência, trata-se do Produto 2: documento técnico contendo diagnóstico da base de dados, partindo do Painel de indicadores, simplificação, aproveitamento dos dados e recomendações de revisão.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) destaca como objetivo “reduzir as desigualdades regionais e fortalecer a coesão social, econômica, política e territorial do Brasil”. Tal foco da PNDR caracteriza seu objetivo multidimensional. Ou seja, a preocupação colocada pela política proposta requer a compreensão da pobreza para além da ótica da renda. Assim, pode-se enxergar a pobreza enquanto incapacidade de o indivíduo realizar os funcionamentos que ele valoriza, de modo que se faz necessário acompanhar a evolução e disparidades de diferentes dimensões do crescimento e desenvolvimento regionais.

Sendo assim, propõem-se um Painel de Indicadores do Desenvolvimento Regional que seja definido a partir de três pilares estruturais, sendo o primeiro justamente a necessidade de que possua um foco multidimensional.

O segundo pilar definidor do Painel de Indicadores do Desenvolvimento Regional advém da definição dos objetivos da PNDR:

- I. Promover a convergência do nível de desenvolvimento e qualidade de vida **entre e intra as regiões brasileiras**, e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento;
- II. Garantir a **competitividade regional e a geração de emprego e renda em territórios** que apresentam declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
- III. Promover agregação de valor e **diversificação econômica em territórios** com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais;

IV. Consolidar uma **rede de cidades policêntrica**, que contribua para a desconcentração e interiorização do desenvolvimento das regiões e do País, fortalecendo polos **em diferentes escalas geográficas**.

Pelos objetivos da PNDR, percebe-se a necessidade de que sejam contempladas múltiplas escalas territoriais no Painel, haja vista que apenas um recorte municipal não permitiria considerar a multitude de dimensões necessárias para a caracterização do desenvolvimento regional devido à limitação de dados e uma escala estadual não permitiria a análise com o nível de granularidade requerido para acompanhar a evolução dos objetivos propostos. Portanto, propõem-se um Painel que contemple nível municipal, com abrangência limitada de informações devido à disponibilidade de dados, mas também nível sub-estadual, a partir dos estratos geográficos da PNAD, disponibilizados pelo IBGE.

Por fim, a evolução do capitalismo no Brasil apresenta constante e permanente redistribuição espacial das atividades econômicas, com tendência à centralização e/ou especialização. Dada a velocidade da dinâmica dessa evolução, há que se realizar o acompanhamento e diagnóstico permanentes e de curto prazo, permitindo avaliação de políticas, bem como intervenção focada e de maior eficiência. Assim, o terceiro pilar definidor do Painel de Indicadores do Desenvolvimento Regional é a disponibilidade de informações de curto prazo, com atualização anual.

Portanto, os três pilares definidores do Painel de Indicadores do Desenvolvimento Regional são: i) multidimensionalidade; ii) múltiplas escalas territoriais; iii) acompanhamento e diagnóstico de curto prazo

Com isso em mente, faz-se necessário compreender que não se pretende a criação de um painel na forma de repositório de dados regionais, mas sim um Painel de Indicadores. Ou seja, uma fonte não de dados, mas de informações cuja análise permitam descrever, classificar, ordenar, comparar ou quantificar a evolução de algum processo específico, permitindo assim a correta informação para tomada de decisões e justificativa e motivação para a política pública.

Para tanto, o Painel de Indicadores deverá contemplar a relação entre meta, ação e impacto, considerando as limitações que obstaculizam a avaliação de uma relação clara de causalidade entre essas esferas.

Em relação às metas, o Painel focará nos objetivos e eixos da PNDR. Dessa forma, as variáveis a serem contempladas no painel terão uma ligação direta a cada um dos objetivos e/ou Eixo definido: i) Educação e capacitação profissional; ii) Ciência, tecnologia e inovação; iii) Desenvolvimento produtivo; iv) Infraestrutura; v) Desenvolvimento social e acesso a serviços; e vi) Sustentabilidade.

Visando permitir um maior diálogo do diagnóstico e análises realizados a partir das informações do Painel e com avaliações de outras instituições nacionais e internacionais, os eixos da PNDR serão compatibilizados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por exemplo, o Eixo 1 da PNDR – Educação e capacitação profissional – será diretamente relacionado ao Objetivo 4 dos ODS - Educação de qualidade, contemplando variáveis usualmente consideradas nesse Objetivo.

Outros Eixos possuem relação mais complexas com os ODS. Por exemplo, o Eixo Desenvolvimento social e acesso a serviços pode ser composto pelos seguintes ODS: 1. Erradicação da Pobreza; 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3. Saúde e Bem-Estar; 5. Igualdade de Gênero; 7. Energia Limpa e Acessível; 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Além disso, Eixos e objetivos da PNDR possuem especificidades não diretamente relacionadas aos ODS que precisam ser preservadas e acompanhadas. Dessa forma, além dos indicadores relacionados individualmente a cada ODS, serão selecionados indicadores específicos para compor cada Eixo.

Por fim, visando a simplificação do diagnóstico e análise, cada Eixo e Objetivo será também contemplado por um indicador composto que represente sua dimensão, criado a partir dos indicadores específicos. Ou seja, além dos indicadores individuais, serão criados indicadores sintéticos para cada um dos objetivos e eixos da PNDR possibilitando

o acompanhamento simplificado destes. Os indicadores sintéticos serão criados a partir de média aritmética dos índices normalizados ou Análise de Componentes Principais.

Em relação às ações, identificou-se uma grande heterogeneidade regional em sua definição e implementação de programas. Há que se preservar as especificidades dos Planos Regionais de Desenvolvimento (PRD) de cada uma das Superintendências, reconhecendo sua autonomia e conhecimento aprofundado dos territórios que contemplam. Dessa forma, partindo da compreensão de que a avaliação direta de impacto das ações é obstaculizada pela complexa relação entre políticas regionais e políticas horizontais, propõe-se que o Painel de Indicadores forneça informações que permitam o acompanhamento e avaliação, por parte dos órgãos de governo, superintendências e sociedade civil, dos desembolsos executados por meios dos Fundos Constitucionais e Fundos de Desenvolvimento.

Por fim, para a análise dos impactos propriamente ditos, para além dos indicadores específicos que serão relacionados à cada ODS e aos Eixos, e os indicadores sintéticos que resumirão a evolução e permitirão a análise composta dos Objetivos e Eixos da PNDR, o Painel de Indicadores contará com indicadores analíticos que permitam a avaliação e acompanhamento das informações relevantes. Dentre esses indicadores de impacto, cabem destacar indicador de complexidade econômica das regiões e das atividades produtivas e serviços, indicador de densidade das atividades e o indicador de coerência produtiva das regiões. Serão ainda disponibilizados índices de associação e concentração espacial, permitindo uma análise regional comparativa.

Dessa forma, a partir de um Painel de Indicadores de Desenvolvimento Regional formulado sobre os três pilares estruturantes definidos conforme a PNDR: foco multidimensional, múltiplas escalas territoriais e acompanhamento e diagnóstico de curto prazo, será possível o acompanhamento, avaliação e monitoramento de ações com base em indicadores simplificados, compostos e analíticos, contribuindo assim para a redução das desigualdades regionais e fortalecimento da coesão social, econômica, política e territorial do Brasil.

Introdução

Este documento contempla a segunda entrega do Processo IC UNDP-BRA-00174, integrante do Projeto BRA/20/008 - Projeto de apoio à recuperação da atividade econômica, pós-covid-19, com ênfase no desenvolvimento regional e da infraestrutura, conforme contrato assinado em 11/06/2023 entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD e o Prof. Pedro Vasconcelos Maia do Amaral.

Como previsto no Termo de Referência, objeto desta contratação, trata-se do Produto 2: documento técnico contendo diagnóstico da base de dados, partindo do Painel de indicadores, simplificação, aproveitamento dos dados e recomendações de revisão.

Este projeto pretende contribuir para o fortalecimento da PNDR II pela melhoria na capacidade de monitoramento e avaliação da PNDR I e da atuação setorial do desenvolvimento regional, por meio do desenvolvimento de um conjunto de indicadores para o monitoramento das tendências relacionadas aos objetivos da Política, conforme o Decreto no 9.810 de 30 maio de 2019¹, bem como prover um painel de indicadores, em nível municipal, com periodicidade definida para a atualização, a fim de que essa tendência possa ser acompanhada pelo Núcleo de Inteligência Regional e absorvida pelos instrumentos da PNDR.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) destaca como objetivo “reduzir as desigualdades regionais e fortalecer a coesão social, econômica, política e territorial do Brasil”. Tal foco da PNDR caracteriza seu objetivo multidimensional. Ou

¹ Decreto que institui a PNDR, cuja finalidade é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população, com: I - Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos; II - Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, de forma a considerar as especificidades de cada região; III- Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração; e IV- Fomentar a agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.

seja, a preocupação colocada pela política proposta requer a compreensão da pobreza para além da ótica da renda. Assim, pode-se enxergar a pobreza enquanto incapacidade de o indivíduo realizar os funcionamentos que ele valoriza, de modo que se faz necessário acompanhar a evolução e disparidades de diferentes dimensões do crescimento e desenvolvimento regionais.

Sendo assim, propõem-se um Painel de Indicadores do Desenvolvimento Regional que seja definido a partir de três pilares estruturais, sendo o primeiro justamente a necessidade de que possua um foco multidimensional.

O segundo pilar definidor do Painel de Indicadores do Desenvolvimento Regional advém da definição dos objetivos da PNDR:

- I. Promover a convergência do nível de desenvolvimento e qualidade de vida **entre e intra as regiões brasileiras**, e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento;
- II. Garantir a **competitividade regional e a geração de emprego e renda em territórios** que apresentam declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
- III. Promover agregação de valor e **diversificação econômica em territórios** com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais;
- IV. Consolidar uma **rede de cidades policêntrica**, que contribua para a desconcentração e interiorização do desenvolvimento das regiões e do País, fortalecendo polos **em diferentes escalas geográficas**.

Pelos objetivos da PNDR, percebe-se a necessidade de que sejam contempladas múltiplas escalas territoriais no Painel, haja vista que apenas um recorte municipal não permitiria considerar a multitude de dimensões necessárias para a caracterização do desenvolvimento regional devido à limitação de dados e uma escala estadual não permitiria a análise com o nível de granularidade requerido para acompanhar a evolução dos objetivos propostos. Portanto, propõem-se um Painel que conte com nível municipal, com abrangência limitada de informações devido à disponibilidade de dados, mas

também nível sub-estadual, a partir dos estratos geográficos da PNAD, disponibilizados pelo IBGE.

Por fim, a evolução do capitalismo no Brasil apresenta constante e permanente redistribuição espacial das atividades econômicas, com tendência à centralização e/ou especialização. Dada a velocidade da dinâmica dessa evolução, há que se realizar o acompanhamento e diagnóstico permanentes e de curto prazo, permitindo avaliação de políticas, bem como intervenção focada e de maior eficiência. Assim, o terceiro pilar definidor do Painel de Indicadores do Desenvolvimento Regional é a disponibilidade de informações de curto prazo, com atualização anual.

Portanto, os três pilares definidores do Painel de Indicadores do Desenvolvimento Regional são: i) multidimensionalidade; ii) múltiplas escalas territoriais; iii) acompanhamento e diagnóstico de curto prazo

Disparidades regionais

Como destacado na introdução desse documento, a evolução do capitalismo no Brasil apresenta constante e permanente redistribuição espacial das atividades econômicas, com tendência à centralização e/ou especialização. De forma geral, o processo de desenvolvimento se caracteriza por forte heterogeneidade espacial, com irregularidades que tendem a se reforçar, fortalecendo áreas mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento (Lima e Simões, 2010).

No caso brasileiro, a formação histórica do desenvolvimento econômico do País levou a uma forte concentração geográfica da produção em poucos estados e regiões e, consequentemente, da renda (Cano, 1977). A ocupação do seu território, sua extensão geográfica, as rápidas transformações na estrutura produtiva observadas no século XX, com o processo de industrialização, deslocamento de grande massa populacional (do meio rural para os centros urbanos, do nordeste em direção a São Paulo e Rio de Janeiro, dentre outros movimentos que caracterizaram o processo de urbanização brasileiro), acabou criando uma situação de forte desequilíbrio territorial que foi se reforçando durante boa parte do século passado, em favor da região Sudeste e, em alguma medida, da região Sul.

Entre os anos 40/50 é observado algum movimento de desconcentração geográfica da produção, influenciado pela fronteira agropecuária que caminhava em direção ao sul do Brasil. Em alguma medida, movimento semelhante ao observado, recentemente, em direção às regiões Centro-Oeste e Norte e às faixas de cerrados do Nordeste. A partir de 70 começou também a ser caracterizado um movimento de desconcentração industrial do estado de São Paulo. Os efeitos da desconcentração agropecuária e industrial influem no setor de serviços e comércio, promovendo também sua desconcentração. São Paulo começa a perder participação relativa não só na produção industrial e agrícola, como também na renda nacional entre os anos 70 e 80, conforme apresentado por Diniz e Lemos (1986), com importante perda na participação das decisões de investimento ao longo dos anos 70 (Diniz, 1981).

Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996) chamam a atenção para as transformações no padrão locacional da indústria brasileira, destacando o surgimento de novas aglomerações produtivas, que se afastavam do seu centro original, a Região Metropolitana de São Paulo, mas que se distribuíam em direção a outros estados da região Sudeste e região Sul, constituindo aquilo que Diniz (1993) denomina de “polígono industrial”.

Apesar da região metropolitana de São Paulo ter perdido participação relativa na produção industrial, ela reforça seu papel de centro econômico nacional, com concentração de outras atividades econômicas notadamente ligadas a serviços produtivos ou serviços financeiros, solidificando seu mercado de trabalho com funções de mais elevada remuneração, mantendo sua capacidade de polarização nacional, base da integração econômica e da rede de cidades do País.

A observação das disparidades nas condições de produção e renda e uma lenta convergência, ou reforço à manutenção, trazem a cena a importância de se construir políticas públicas que tenham como objetivo a criação de condições para que regiões atrasadas superem gargalos históricos e consigam alguma estratégia de inserção produtiva, com geração de renda e desenvolvimento.

No sentido de implementação de políticas públicas, apesar de um mais forte viés estar pautado na importância de se desenvolver uma indústria nacional, destaca-se uma fase de forte intervencionismo desenvolvimentista, que inicia nos anos 50 com Vargas e JK, e que é intensificada no regime militar. O II PND é o último esforço de política pública desta era, ainda que o enfoque territorial não tomasse lugar central na condução, existia uma orientação para melhor ocupação/desenvolvimento do território. A década de 80 é de esgotamento da capacidade de intervenção estatal e mudança de paradigma, com os anos 90 se apresentando para uma orientação liberal, com retirada de funções/atribuições do Estado. Nos anos 2000 volta-se a discutir com mais ênfase, apesar de não retornar à realidade dos anos 50 e militarismo, a importância de políticas públicas voltadas para a integração de regiões atrasadas.

Ainda assim, o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo, apesar de se observar uma queda sustentada na desigualdade da distribuição da renda no país. Já nos anos 1990, e mais aceleradamente na primeira década do século XXI, o Brasil consegue apresentar melhoria nos indicadores de desigualdade. Pelo menos até a primeira metade dos anos de 2010, vale destacar que o País apresentou, pela primeira vez, uma experiência de crescimento econômico, ainda que modesto se comparado a outros países em condições que se aproximam à do Brasil, com distribuição de renda. Em períodos anteriores em que a economia brasileira conseguiu importante crescimento econômico, tal crescimento veio acompanhado de elevação das desigualdades e concentração de renda.

Resende *et al.* (2014) chamam a atenção para algumas evidências sobre o desenvolvimento regional brasileiro, conforme listado a seguir:

1. Convergência lenta dos PIBs estaduais com divergência em nível municipal.
2. Indústria mais desconcentrada, mas ainda muito aglomerada num polígono no centro-sul e em regiões metropolitanas (RMs) do Nordeste.
3. Crescimento vigoroso das cidades médias.
4. Crescimento puxado pelo consumo das famílias mais pobres.
5. Queda da desigualdade salarial no mercado de trabalho, com efeitos positivos regionalmente.
6. Queda nas desigualdades socioeconômicas, mas desigualdades educacionais ainda marcantes regionalmente.
7. Redução da mobilidade de mão de obra, com queda da migração entre estados.
8. Políticas nacionais agindo como política regional.
9. Diversificação dos investimentos produtivos para a região Nordeste.
10. Políticas de fomento à agricultura com forte concentração no Sul do país.
11. Maior crescimento das vagas no ensino superior (público e privado) nas regiões Norte e Nordeste, com elevação da migração de estudantes universitários.
12. Queda da participação relativa e fraco crescimento do emprego do setor turismo no Nordeste.

É importante destacar que o ano de 2015 apresenta uma inflexão na recente trajetória de crescimento econômico brasileiro que, apesar de modesta, se sustentou por mais de uma década, com geração de emprego e renda. A crise econômica que se agravou no País, principalmente após o ano de 2016, tende a ter gerado impactos que se manifestam de forma heterogênea no espaço, podendo ter causado a reversão de algum(ns) ponto(s) evidenciados por Resende *et al.* (2014).

Entender essa dinâmica e evolução recentes requer o acompanhamento e análise crítica de informações que sejam capazes de captar o dinamismo conjuntural da economia brasileira em suas variadas escalas territoriais. A constante atualização de indicadores territorializados permite uma permanente revisão da situação, com capacidade de identificação de gargalos e causas, permitindo a melhoria constante dos instrumentos de planejamento para a intervenção pública.

Painel de Indicadores

A proposta do Painel de Indicadores visa a estruturação de um conjunto de dados, com um recorte territorial múltiplo, que permita uma análise de evolução e construção de cenários com o objetivo de tornar mais efetivo o desenho das políticas voltadas ao desenvolvimento regional.

Neste sentido, o painel de indicadores traz a perspectiva de mapear diferentes temas, em diferentes recortes territoriais, de modo a permitir a construção de inteligência para a elaboração de políticas públicas focadas no enfrentamento das disparidades. Para além dos potenciais ganhos com a alimentação contínua do Painel, é fundamental mapear, também, as ações implementadas pelas mais diferentes iniciativas, com o foco territorial, para que se construa uma base de indicadores das ações, com a identificação dos atores responsáveis por elas e a indicação das metas estabelecidas para a sua implementação.

Política Horizontal X Política Regional

Antes de entrar na discussão de políticas claramente com o viés territorial, de tentativa de superação das disparidades regionais, é importante ressaltar que várias políticas públicas não têm este foco em algumas regiões específicas. Apesar disso, dada a heterogeneidade espacial do País, uma política horizontal bem executada tende a impactar mais regiões menos desenvolvidas (bolsa família, política de valorização do salário-mínimo, acesso a saúde, disponibilização de internet, acesso viário, etc.), exatamente pelo potencial de criar igual condições em regiões que possuem diferentes características (Diniz e Mendes, 2021).

Por exemplo, uma política que visa a melhoria do acesso à saúde é mais inclusiva em regiões atrasadas do que em regiões mais desenvolvidas, com um potencial mais elevado de melhoria nos indicadores de saúde. Potencial semelhante tende a valer para o Programa Bolsa Família, por exemplo, com um maior número de contemplados em regiões menos desenvolvidas, com consequente elevação da renda e poder de compra superior ao impacto observado em regiões mais avançadas. Neste sentido, apesar de estas políticas não serem focadas nas preocupações que emanam das disparidades regionais, é importante a observação de que elas têm potencial de impacto na redução destas disparidades. Identificar e quantificar esse impacto proveniente de políticas horizontais, com seus desdobramentos no território, é tema que traz importante agenda de pesquisa.

De toda forma, a construção de um amplo painel de indicadores econômicos e sociais permite a identificação de diferentes fenômenos dentro da perspectiva territorial. E a proposta trazida neste documento destaca a fundamental importância de se construir um painel com um número equilibrado de indicadores, provenientes de bases de dados públicas ou acessíveis às instituições envolvidas, e que permitam esse mapeamento das características socioeconômicas do Brasil no viés territorial. Isso possibilitaria observar regiões e sua trajetória no tempo de modo a avaliar se existe algo que chama a atenção e que pode ser objeto de alguma política específica (com o caráter territorial).

Traz-se aqui um conjunto de bases de dados que possuem apuração regularidade temporal que permita o acompanhamento do dinamismo da economia regional brasileira que devem ser aproveitadas para a construção dos indicadores. Cada uma destas bases possui as suas especificidades e a construção de indicadores a partir do dado bruto, disponível na base, deve ser feita tendo em mente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável² bem como os Eixos orientadores da II PNDR³, que em última instância possuem boa inter-relação, como será discutido e apresentado na sequência.

De toda forma, como já apresentado, são muitas as opções de dados disponíveis que permitem a estruturação de um grande painel, com a identificação da evolução dos dados e indicadores no tempo. Todavia, mais que um painel de dados regionais, o que se pretende é o desenvolvimento de um painel de indicadores. Por se tratar de indicadores, entende-se que sua análise permita descrever, classificar, ordenar, comparar ou quantificar a evolução de algum processo específico, permitindo assim a correta informação para

² **1 - Erradicação da Pobreza** – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; **2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável** – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; **3 – Saúde e Bem-Estar** – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; **4 – Educação de Qualidade** – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; **5 – Igualdade de Gênero** – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; **6 – Água Potável e Saneamento** – Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos; **7 – Energia Limpa e Acessível** – Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos; **8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico** – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; **9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura** – Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação; **10 – Redução das Desigualdades** – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; **11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis** – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; **12 – Consumo e Produção Responsáveis** – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; **13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima** – Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; **14 - Vida na Água** – Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; **15 - Vida Terrestre** – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; **16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes** – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; **17 - Parcerias e Meios de Implementação** – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

³ I – Educação e capacitação profissional; II - Ciência, tecnologia e inovação; III – Desenvolvimento produtivo; IV – Infraestrutura; V – Desenvolvimento social e acesso a serviços; VI - Sustentabilidade.

tomada de decisões e justificativa e motivação para a política pública. Além do mais, para cada uma destas opções de base é facilmente identificável uma convergência do indicador e os Eixos do II PNDR e os ODS.

Entrando especificamente na importância da construção do Painel visando a melhoria da capacidade da elaboração da política pública regional, dada a identificação de áreas e setores carentes ou com potencial de intervenção é fundamental a identificação dos instrumentos que serão utilizados na elaboração e implementação da política.

De acordo com IPEA (2015)⁴ a “teoria da mudança” permite a construção de uma cadeia lógica de eventos visando o alcance de uma meta/impacto estabelecida(o) por uma política ou intervenção particular. Uma vez identificada as possibilidades de alcance com a política desenhada, é necessário que se identifique indicadores capazes de expressarem os resultados esperados. Assim, a “teoria da mudança” auxilia na identificação da relação causal entre os insumos disponíveis para o desenho da política, as ações que são desenvolvidas com o uso dos insumos, os produtos esperados com esta intervenção e, por fim, os impactos obtidos como resultante final do processo de intervenção.

A lógica do desenho da política pública (Planejamento) parte da identificação do impacto que se espera alcançar como seu resultado final, e constrói um caminho inverso na tentativa de identificar qual é o percurso necessário para seu alcance. Isso necessariamente passa pela identificação dos insumos que estão disponíveis para uso, em instrumentos de intervenção que permitem o estabelecimento de ações claras, com metas traçadas. A execução é exatamente a implementação deste percurso construído no planejamento.

Dentro desta perspectiva, partindo da importância da criação de inteligência para um melhor aproveitamento dos instrumentos de política pública, além do mapeamento dos

⁴ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015) - **Relatório de Pesquisa:** Painel de Indicadores de Desenvolvimento Regional para o Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR).

indicadores socioeconômicos, é fundamental a organização de uma base de dados que contenha a identificação dos insumos utilizados na implementação da Política Regional.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional II

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional II tem como objetivo geral “reduzir as desigualdades regionais e fortalecer a coesão social, econômica, política e territorial do Brasil”. Este objetivo maior se desdobra em quatro objetivos específicos:

- I. Promover a convergência do nível de desenvolvimento e qualidade de vida entre e intra as regiões brasileiras, e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento;
- II. Garantir a competitividade regional e a geração de emprego e renda em territórios que apresentam declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
- III. Promover agregação de valor e diversificação econômica em territórios com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais;
- IV. Consolidar uma rede de cidades policêntrica, que contribua para a desconcentração e interiorização do desenvolvimento das regiões e do País, fortalecendo polos em diferentes escalas geográficas.

A intervenção estrutural para a implementação do PNDR II tem quatro principais instrumentos:

- a. Fundos constitucionais de financiamento;
- b. Fundos de desenvolvimento;
- c. Fundos de investimentos fiscais; e
- d. Incentivos fiscais.

A capacidade de geração de resultado por estes instrumentos de política passa pela estruturação produtiva que, posteriormente, tende a gerar impactos em outros indicadores

que vasam desta esfera (saúde, educação, infraestrutura, etc.). Mas, a rigor, o foco desta intervenção é o setor produtivo e é fundamental mapear setorialmente o que é implementado e o que é alcançado.

Painel de Indicadores de Desenvolvimento Regional

Desenho e implementação: é fundamental o entendimento acerca do executor da ação (GOVERNANÇA). Ela deve ser desenhada com um objetivo claro que, em última instância, vise um impacto positivo no território (Teoria da Mudança).

Não se implementa o impacto, mas uma ação com potencial de geração de impacto. Nesta perspectiva, os instrumentos de planejamento partem da construção de uma expectativa de impacto e tentam coordenar esforços (ações) capazes de geração de resultados na direção almejada. Na perspectiva da II PNDR, este desenho, que necessariamente passa pela Governança, precisa levar em consideração os Eixos que orientam a política, que são:

- I. Educação e capacitação profissional;
- II. Ciência, tecnologia e inovação;
- III. Desenvolvimento produtivo;
- IV. Infraestrutura;
- V. Desenvolvimento social e acesso a serviços;
- VI. Sustentabilidade.

Para que os instrumentos de intervenção consigam gerar resultados orientados por estes eixos, a implementação da política precisa, necessariamente, estar atrelada a cada uma destas áreas. As ações precisam de um claro desenho que passe pela identificação do caminho até o impacto. Uma vez que eles são orientados pelos eixos, se o impacto que se objetiva passar pela “Ciência, Tecnologia e Inovação” é imprescindível que haja uma vinculação dos instrumentos aos eixos orientadores.

Outra questão relevante na identificação de indicadores que consigam trazer luz à condução de uma política pública mais efetiva é a percepção de que algumas ações possuem a capacidade de geração imediata do impacto. A métrica envolvida no planejamento possui impacto imediato na implementação, como por exemplo uma política de acesso viário, de melhoria na infraestrutura de telecomunicação, ou acesso a saúde. A meta se traduz diretamente em impacto. Entretanto, existe um conjunto de ações que não possui essa capacidade. O impacto passa por questões socioeconômicas (PIB, IDH, Produtividade, etc.) com desafiadora construção de mecanismos que permitam o alcance dos resultados. Neste caso por mais que haja clara identificação do objetivo final da ação, a meta estabelecida através das ações a serem implementadas tende a possuir uma frágil causalidade com o impacto almejado, pela dificuldade em filtrar outros efeitos que também impactam, positiva ou negativamente os indicadores analisados. De toda forma, é fundamental o controle dos indicadores de metas e ações para que se possa avaliar, a posteriori, a efetividade da política implementada. E isso deve estar claramente identificado nos instrumentos de planejamento.

Vale destacar que os eixos que orientam a PNDR são intimamente atrelados a alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma preocupação em que o Brasil se junta a outros países no mundo em uma perspectiva de redução da pobreza e proteção do meio ambiente, visando uma melhor qualidade de vida a todos.

Pegando os seis eixos da II PNDR é possível correlacioná-los com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como se pretende demonstrar a seguir. Para cada um deles é possível a identificação de um conjunto de indicadores a nível municipal que permita o acompanhamento dos temas, nas regiões ao longo dos anos. Um objetivo presente na ODS e que já é integralmente compatível com o II PNDR é o da redução das desigualdades (10º objetivo). Este objetivo é integralmente incorporado nas propostas contidas na Política.

1. Educação e capacitação profissional

O 4º ODS defende uma política de educação inclusiva, equitativa, e de qualidade, com a promoção de oportunidades de aprendizagem. Neste sentido, a inclusão de indicadores educacionais (INEP) permite um bom acompanhamento do eixo. Além de indicadores do INEP, indicadores de qualidade de emprego, controlando pelo grau de instrução, também tendem a permitir uma boa caracterização do eixo, trazendo luz ao desenho de políticas específicas que visem combater as disparidades.

2. Ciência, tecnologia e inovação

O 9º ODS destaca a importância da construção de uma infraestrutura resiliente, que promova a industrialização sustentável, com a incorporação de avanços tecnológicos que permitam o avançar do desenvolvimento, com as preocupações que devem estar presentes em uma agenda sustentável. Neste sentido, é fundamental a construção de um conjunto de indicadores capazes de traduzir a dinâmica inovativa nas regiões. Para tanto, a RAIS permite a construção de indicadores de emprego, com recortes setoriais enviesados para setores com maior dinâmica tecnológica, recortes para ocupações com maior dinâmica tecnológica, além da possibilidade de uso de indicadores da BADEPI, com registros de patentes.

3. Desenvolvimento produtivo

O 8º ODS fala da importância de se promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos, que de alguma medida se correlaciona com o 9º objetivo, de promoção da industrialização com fomento da inovação e, também, se relaciona com o 12º segundo objetivo que trata da responsabilidade nos padrões de produção e consumo (sustentabilidade). Tais objetivos são intimamente correlacionados com o Eixo de Desenvolvimento Produtivo e deve haver uma construção de indicadores que passem pela preocupação produtiva, com geração de

emprego e renda (RAIS), mas também com indicadores que se correlacionem com a temática da sustentabilidade.

4. Infraestrutura

O 9º ODS trata da questão importância da infraestrutura, entendendo que ela deva ser atrelada a questões de geração de emprego e de progresso tecnológico, em uma realidade de sustentabilidade. Com enfoque diferente, mas também na temática da infraestrutura, o 6º ODS fala na importância da garantia de disponibilidade e manejo sustentável de água e saneamento básico, também importante preocupação relacionada a infraestrutura e cujo esforço de superação de gargalos e disparidades regionais deve estar presente nos esforços de política pública do Brasil. Para o controle de indicadores de infraestrutura, como já mencionado, os dados do DNIT, ANEEL e ANATEL possuem uma riqueza que permite bom acompanhamento da evolução no tempo.

5. Desenvolvimento social e acesso a serviços

O 5º Eixo da II PNDR é o que mais tem conexão com os ODS. Ao todo é possível trazer ao menos 6 dos 17 para uma clara correlação com as preocupações que devem estar presentes no estabelecimento de políticas regionais e que também foram expressas como preocupações da ODS, são elas: Erradicação da Pobreza; Fome Zero e Agricultura Sustentável; Saúde e Bem-Estar; Educação de Qualidade; Energia Limpa e Acessível; Igualdade de Gênero; e Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Existe certa heterogeneidade nos potenciais indicadores de desenvolvimento social e de acesso a serviços, pela pluralidade dos temas envolvidos nos ODS. De toda forma, é possível a construção de indicadores a partir de dados do **DATASUS**, em saúde, mortalidade, violência. Indicadores a partir de dados do **CADÚnico**, que tratam da pobreza e do alcance de políticas de distribuição de renda. E indicadores a partir de dados

da **RAIS/MTE** que permitem informar sobre a instrução do empregado e sobre a inserção feminina no mercado de trabalho formal, com evolução salarial. A **ANEEL** possui um potencial importante de controle de dados, no que diz respeito à evolução de geração de energia renovável e de acesso.

6. Sustentabilidade.

O 6º Eixo do II PNDR trata da temática da sustentabilidade. Assim como nos demais, é clara a correlação do tema com vários ODS: Energia Limpa e Acessível; Cidades e Comunidades; Consumo e Produção Responsáveis; Ação Contra a Mudança Global do Clima; Vida na Água; Vida Terrestre; e Parcerias e Meios de Implementação do Desenvolvimento Sustentável.

Dada a crescente preocupação com a sustentabilidade, os instrumentos de política pública devem estar cientes da realidade territorial, dos potenciais impactos das ações desenvolvidas, priorizando as que tragam benefícios ao território sem a geração de impactos historicamente conhecidos na implementação de ações que visem o desenvolvimento. Para o controle de indicadores que ilustram temas que dialogam com o meio ambiente, como já ressaltado, a **ANEEL** possui controle de dados de geração de energia renovável e de acesso.

A definição específica das variáveis que comporão cada um dos Eixos e seus respectivos ODS associados será foco do próximo produto no desenvolvimento desse projeto. Todavia, cabe aqui elencar algumas bases já citadas e outras com potencial de aproveitamento para esse propósito.

A **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** permite uma excelente caracterização da estrutura do mercado de trabalho formal do Brasil, com dados de emprego, setor, ocupação, nível educacional, massa salarial, dentre tantos outros, o que permite uma rica

construção de indicadores relacionados a atividade produtiva nacional. Sua restrição ao mercado formal é sim uma limitação, dada as características do mercado de trabalho brasileiro, mas entender seu comportamento ao longo do tempo permite uma boa caracterização da estrutura de emprego no Brasil, tendo a disponibilidade de uso no recorte municipal.

O **Comex Stat/MDIC** é um sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro. Por esta base de dados é possível apurar, mensalmente, os dados detalhados das exportações e importações brasileiras, com base na declaração dos exportadores e importadores. A construção de indicadores que representam maior ou menor conexão regional com o resto do mundo informam, também, sobre a capacidade produtiva das regiões. Com semelhante importância, mas ainda não disponível para consulta/estruturação, seria o mapeamento das relações de comércio inter-regionais. Estas seriam possíveis, por exemplo, com a construção de uma base de notas fiscais e permitiriam a identificação de como as regiões se inter-relacionam comercialmente, com mapeamento de regiões produtoras e compradoras, e as distâncias envolvidas nestes processos.

O **Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI)** possui uma base de dados sobre propriedade intelectual para fins estatísticos (**BADEPI**) com o objetivo de fomentar estudos sobre Propriedade Intelectual e seus impactos econômicos, sociais e culturais. Por esta base de dados é possível obter informações sobre depósitos de patentes no nível municipal, com uma atualização anual.

O **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI**, possui um interessante conjunto de informações contábeis/financeiras, em recorte municipal, que permite uma boa identificação do orçamento municipal em diferentes áreas. É uma base organizada pela Secretaria do Tesouro Nacional e disponível para consulta pública.

Por se tratar de uma área com importante histórico de atuação do poder público na construção de políticas, a área da Saúde tem uma rica base de dados. O

DATASUS disponibiliza informações que via de regra subsidiam as tomadas de decisão na elaboração de programas de ações de saúde. Dados de morbidade, incapacidade, acesso a serviços, qualidade da atenção, condições de vida e fatores ambientais passaram a ser métricas utilizadas na construção de Indicadores de Saúde, que se traduzem em informação relevante para a quantificação e a avaliação das informações em saúde.

O **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP**, é o órgão federal responsável pelas evidências educacionais com importante produção de pesquisas estatísticas e indicadores educacionais. Por ele é possível construir importantes indicadores da evolução da educação brasileira, tanto a educação básica como o ensino superior.

O **Cad Único** é um sistema criado pelo Governo Federal para reunir dados da população de baixa renda do País. Ele constitui uma base de dados com a identificação de família, endereço e renda de todos os membros, em uma tentativa de mapear e viabilizar o acesso da população mais carente a programas sociais.

Existe, também, um conjunto de dados com disponibilidade municipal, que permite uma boa caracterização da infraestrutura local. São dados de telecomunicação, disponibilizados pela **ANATEL** (telefonia móvel e internet), dados de oferta de energia elétrica da **ANEEL** (oferta por tipo de estabelecimento – residencial, comercial, industrial, etc...), dados de pavimentação rodoviária, disponibilizados pelo **DNIT**, dentre outros que permitem o acompanhamento da questão da infraestrutura regional.

Cabe destacar a disponibilização pelo IBGE de dados da **PNAD** estratificadas territorialmente pelos estratos geográficos, que permitem uma análise anual da evolução de recortes sub-estaduais.

Por fim, visando a simplificação do diagnóstico e análise, cada Eixo e Objetivo será também contemplado por um indicador composto que represente sua dimensão, criado a partir dos indicadores específicos. Ou seja, além dos indicadores individuais, serão

criados indicadores sintéticos para cada um dos objetivos e eixos da PNDR possibilitando o acompanhamento simplificado destes. Os indicadores sintéticos serão criados a partir de média aritmética dos índices normalizados ou Análise de Componentes Principais.

Em relação às ações, identificou-se uma grande heterogeneidade regional em sua definição e implementação de programas. Há que se preservar as especificidades dos Planos Regionais de Desenvolvimento (PRD) de cada uma das Superintendências, reconhecendo sua autonomia e conhecimento aprofundado dos territórios que contemplam. Dessa forma, partindo da compreensão de que a avaliação direta de impacto das ações é obstaculizada pela complexa relação entre políticas regionais e políticas horizontais, propõe-se que o Painel de Indicadores forneça informações que permitam o acompanhamento e avaliação, por parte dos órgãos de governo, superintendências e sociedade civil, dos desembolsos executados por meios dos Fundos Constitucionais e Fundos de Desenvolvimento.

Listamos, abaixo, indicadores relevantes dos PRDs definidos pelas Superintendências. Como pode-se verificar, os PRDs contemplam grande heterogeneidade territorial e as especificidades regionais. Por isso, pretende-se com o Painel oferecer uma ferramenta que seja simplificada e possa atual como complementar às medidas de acompanhamento e avaliação das superintendências. Ou seja, não se propõe aqui replicar as informações e indicadores consideradas pelas superintendências, mas sim levar em consideração o que foi identificado como relevantes pelas mesmas para permitir a definição do escopo do Painel de Indicadores de modo a permitir uma análise sintética e que conte com os interesses dos órgãos envolvidos.

Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (2024-2027) - SUDENE – 2023

A SUDENE possui um documento bastante detalhado que apresenta uma estrutura de planejamento para o desenvolvimento da região nordeste para os próximos 4 anos.

Ações propostas, por eixos

Desenvolvimento Produtivo

1.1 Desenvolvimento da Agropecuária

Indicador - Participação do valor adicionado bruto (VAB) da agropecuária do Nordeste no VAB da agropecuária do Brasil (%).

1.2 Programa: Nordeste Turístico

Indicador: Passageiros desembarcados em voo doméstico e internacional.

1.3 Programa: Neoindustrialização

Indicador: Participação do valor adicionado bruto da indústria (VAB) do Nordeste no VAB da indústria do Brasil (%)

Inovação

2.1 Programa: Alinhamento regional para promoção da especialização produtiva inteligente no território

Indicador: Percentual dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D) dos governos estaduais em relação às suas receitas totais.

Infraestrutura econômica e urbana

3.1 Programa: Aproveitamento do Potencial Energético

Indicador: Participação das energias renováveis na oferta de energia (%).

3.2 Programa: Comunicação Digital

Indicador: Domicílios com conexão de Internet por banda larga (Mil unidades).

3.3 Programa: Integração Logística Regional

Indicador: Km de rodovias federais duplicadas (BRs).

Indicadores: Total transportado por Cabotagem (origem) (em toneladas)

3.4 Programa: Desenvolvimento Urbano Integrado

Indicador: Déficit habitacional relativo (como percentual do total de domicílios particulares permanentes e improvisados) (%).

3.5 Programa: Saneamento Ambiental no Nordeste

Indicador: Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados (%).

Indicador: Percentual de esgotamento sanitário dos municípios atendidos com água (%).

3.6 Programa: Recursos Hídricos

Indicador: Índice de atendimento total de água (%)

Indicador: Consumo médio per capita de água (L/hab.dia)

Meio Ambiente

4.1 Programa: Conservação, Proteção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

Indicador: Área protegida por Unidades de Conservação, conforme Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), medida em percentual da área total (%).

Indicador: Cobrança de água por Unidade de Planejamento Hídrico – UPH

Capacidades Governativas

5.1 Programa: Fortalecimento da Rede de Desenvolvimento Regional

Indicador: Percentual de repasse de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE a outras Instituições Financeiras (bancos de desenvolvimento estaduais e agências de fomento estaduais) (%).

Indicador: Desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a Região Nordeste.

Indicador: Nota dos estados do Nordeste em relação à média nacional no Índice de Governança Municipal – IGM/CFA (%).

Indicador: Nota dos estados do Nordeste em relação à média nacional no Ranking de competitividade dos Estados - CLP (%).

Desenvolvimento Social

6.1 Programa: Mais Saúde Pública

Indicador: Razão de Mortalidade Materna (Óbitos por cem mil nascidos vivos).

Indicador: Razão de médicos por mil habitantes (hab.).

Indicador: Taxa de cobertura vacinal (% da população imunizada).

6.2 Programa: Nordeste da Paz

Indicador: Taxa de homicídios de negros (óbitos por 100 mil habitantes).

Indicador: Taxa de homicídios de mulheres (óbitos por 100 mil habitantes).

Indicador: Taxa de homicídios de jovens - 15 a 29 anos de idade (óbitos por 100 mil habitantes).

6.3 Programa: Fortalecimento da Proteção Social e Direitos Humanos

Indicador: Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita de até 1/4 de salário mínimo (s.m.).

Indicador: Percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e nem estão ocupados (%).

6.4 Programa: Primeira Infância Nordeste

Indicador: Taxa de mortalidade infantil (até 5 anos de idade) - óbitos por mil habitantes.

Indicador: Percentual de crianças menores de 5 anos desnutridas (%) - (Percentual de magreza acentuada na relação peso x altura).

Educação

7.1 Programa: Educação Básica

Indicador: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade (%).

Indicador: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escolas e creches (%).

Indicador: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental.

Indicador: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais do ensino fundamental.

Indicador: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino médio

7.2 Programa: Educação Superior

Indicador: Taxa líquida de escolarização na educação superior. (%)

Indicador: Número de títulos de doutorado concedidos

7.3 Programa: Educação profissional e tecnológica

Indicador: Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

Indicador: Relação do número de alunos formados e matriculados em instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica.

Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDECO – 2020-2023

O Plano Regional do Centro Oeste está em seu ano final de execução. Assim como no plano da SUDENE, há indicação de Programas, Ações e Metas. A proposta trazida no Plano busca alinhamento com a PNDR, no que diz respeito aos Eixos orientadores, trazendo um conjunto de Ações Prioritárias que estariam diretamente atreladas a eles:

Eixo 1 – Desenvolvimento Produtivo Sustentável

AGREGAÇÃO DE VALOR AOS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO - Gerar/promover oportunidades de agregação de valor com potencial econômico e investir em novas indústrias de beneficiamento.

PROMOÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA - Favorecer o investimento em produtos de alto valor agregado (fármacos, cosméticos); investir em novas cadeias produtivas (indústria da defesa, logística e equipamentos); e buscar o adensamento das cadeias produtivas.

INCLUSÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA - Agregar valor aos sistemas e arranjos produtivos locais (rotas de Integração: ecoturismo, agroecologia, agropecuária); incentivar o associativismo e o cooperativismo; e incentivar a regularização fundiária e fortalecimento da agricultura familiar.

DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO - Identificar novos polos, estruturar os polos existentes, garantir a acessibilidade, promover e divulgar esses polos. Tudo isso porque os recursos naturais e as belezas cênicas regionais constituem grande potencial para a expansão do turismo e do ecoturismo.

Eixo 2 – Ciência, Tecnologia e Inovação

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE ALTO CONTEÚDO TECNOLÓGICO - Apoiar projetos em setores estratégicos (defesa, agropecuária, fármacos) e em laboratórios de análise da qualidade da produção (certificação e rastreabilidade).

APOIO ÀS AÇÕES DE P, D & I - Firmar parcerias com universidades, institutos federais e empresas de pesquisas; incentivo a startups; aproximar as instituições de ensino e pesquisa do setor produtivo com a estruturação de parques tecnológicos.

DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS LIMPAS - Incentivar a produção e a utilização de energia solar, de biocombustíveis e da energia gerada nas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Eixo 3 – Educação e Qualificação Profissional

AMPLIAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE - Promover o fortalecimento da capacidade profissional associada à diversificação das cadeias produtivas estratégicas, por meio de parcerias com universidades, institutos federais, sistema “S”.

PROMOÇÃO DE NOVAS MODALIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO - Apoiar/promover os sistemas e arranjos produtivos locais (rotas de Integração: ecoturismo, agroecologia, agropecuária) e novas atividades econômicas que permitam a diversificação produtiva, como o turismo, a indústria e os serviços avançados, por meio de parcerias com universidades e Institutos Federais (bolsistas de extensão) e o setor produtivo.

QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL - Promover o fortalecimento institucional de estados e municípios com ações de fortalecimento da capacidade, por exemplo, em elaboração de projetos; firmar parcerias entre Sudeco, Enap, governos estaduais e municipais

Eixo 4 – Infraestrutura Econômica e Urbana

INCENTIVO À REDUÇÃO DOS CUSTOS DE TRANSPORTE DA PRODUÇÃO REGIONAL – Viabilizar a multimodalidade na logística regional, para facilitação do escoamento dos novos produtos regionais. Por exemplo, apoio e fomento para construções de ferrovias, de rodovias e de hidrovias.

AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA, LOGÍSTICA E URBANA – Consolidar a aviação regional, ampliar rodovias, ferrovias e hidrovias; infraestrutura de telecomunicações (internet, redes móveis); infraestrutura de armazenagem.

FORTELECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL – Incentivar a formação de consórcios de municípios; infraestrutura de TICs; gestão de saneamento e resíduos sólidos; mobilidade urbana; integração intrarregional (rede de cidades).

Os eixos e ações propostos no Plano são apresentados e posteriormente são apresentados Programas a serem executados, com a indicação de metas a serem buscadas dentro dos programas.

PROGRAMAS INDICATIVOS E METAS

O PRDCO está estruturado a partir de 07 (sete) programas estratégicos que, conduzidos de forma articulada, convergente e sinérgica com premissas como os 17 ODS. No desenho

das ações do Plano existe uma prévia vinculação desta vinculação do Plano Regional com os 17 ODS.

Programa 1: Democratização e melhoria da gestão pública

Meta 1 - Qualificação do serviço público municipal e estadual

Meta 2 - Fortalecimento da gestão municipal e estadual

Programa 2: Melhoria da educação e fortalecimento do sistema de pesquisa e desenvolvimento (P&D)

Meta 1 - Ampliação e interiorização do ensino técnico e profissionalizante

Meta 2 - Implantação de projetos voltados para o desenvolvimento tecnológico

Meta 3 – Apoio às ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Meta 4 – Adoção de novas modalidades de assistência técnica e extensão

Programa 3: Gestão ambiental e recuperação do meio ambiente

Meta 1 - Difusão de tecnologias limpas

Meta 2 - Desenvolvimento do ecoturismo

Meta 3 - Saneamento Rural

Meta 4 - Produção de Água

Meta 5 - Valorização, conservação, recuperação e restauração do meio ambiente

Programa 4: Ampliação da infraestrutura social e urbana

Meta 1 – Inclusão produtiva e geração de renda

Meta 2 – Incentivo à elaboração de planos diretores municipais

Meta 3 – Melhoria da Infraestrutura Urbana

Programa 5: Ampliação da infraestrutura econômica e logística

Meta 1 – Incentivo à redução dos custos de transporte da produção regional.

Programa 6: Diversificação e adensamento das cadeias produtivas

Meta 1 - Identificar alternativas de diversificação produtiva

Meta 2 - Agregação de valor aos produtos de exportação

Meta 3 - Fortalecimento da agropecuária

Programa 7: Consolidação de uma rede policêntrica de cidades no centro-oeste

Meta 1 – Plano de desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF.

Meta 2 – Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira

Meta 3 – Apoio à ampliação de serviços em cidades médias

Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia

PRDA 2020- 2023

SUDAM

O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, semelhante ao plano da região Centro Oeste, está em seu ano final de execução. A análise de documentos com o acompanhamento do que foi implementado é de grande importância na avaliação da política. O plano traz uma definição de diretrizes estratégicas da atuação da Superintendência com a vinculação aos Eixos da PNDR, trazendo também a vinculação com os ODS.

Eixo Econômico

Diretriz: alcançar o crescimento econômico sustentado, com foco no ganho de produtividade, assegurando a redução das desigualdades sociais e regionais e a sustentabilidade ambiental.

Eixo Institucional

Diretriz: aprimorar a governança do Estado, com foco na melhoria da entrega de serviços públicos ao cidadão e do ambiente de negócios.

Eixo Infraestrutura

Diretriz: fomentar o desenvolvimento integrado da infraestrutura com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração regional e nacional.

Eixo Ambiental

Diretriz: promover o uso sustentável dos recursos naturais e a transição para uma economia de baixo carbono, com foco na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social.

Eixo Social

Diretriz: Promover o bem-estar, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e redução das desigualdades sociais e regionais.

Definidos os eixos de atuação e feita sua vinculação à PNDR e ao ODS, o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia traz um conjunto de ações e metas, estruturadas em diferentes Programas de Governo, a saber:

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

1. Programa Agricultura, Pecuária e Extrativismo;
2. Programa Pesca e Aquicultura;
3. Programa Indústria;
4. Programa Turismo; e
5. Programa Meio Ambiente

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

1. Programa Ciência, Tecnologia e Inovação

EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

1. Programa Educação

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E URBANA

1. Programa Logística/Transporte
2. Programa Energia
3. Programa Telecomunicações

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

1. Programa Saúde
2. Programa Cultura e Lazer
3. Programa Saneamento Básico
4. Programa Segurança Pública

FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES GOVERNANTIVAS DOS ENTES SUBNACIONAIS

1. Programa Governança

O documento traz um conjunto de Metas (ANEXO III) e interessante indicação de carteira de projetos prioritários por Unidade da Federação.

Percebe-se, assim que no PRDA e nos planos da SUDENE e SUDECO fica demonstrado que a política regional é implementada com um esforço que vai além da capacidade dos Fundos Constitucionais, e que um importante conjunto de ações é desenvolvido com o viés territorial e é executado por diferentes instituições que precisam de um constante alinhamento para definição de priorização.

Considerações Finais

No trabalho de revisão e atualização do Painel de Indicadores de Desenvolvimento Regional, identificou-se uma grande heterogeneidade territorial na definição e implementação de programas e ações regionais. Há que se preservar as especificidades dos Planos Regionais de Desenvolvimento (PRD) de cada uma das Superintendências, reconhecendo sua autonomia e conhecimento aprofundado dos territórios que contemplam. Dessa forma, partindo da compreensão de que a avaliação direta de impacto das ações é obstaculizada pela complexa relação entre políticas regionais e políticas horizontais, propõe-se que o Painel de Indicadores forneça informações que permitam o acompanhamento e avaliação, por parte dos órgãos de governo, superintendências e sociedade civil, dos desembolsos executados por meios dos Fundos Constitucionais e Fundos de Desenvolvimento.

Para a análise da evolução do desenvolvimento regional, para além dos indicadores específicos que serão relacionados à cada ODS e aos Eixos da PNDR, e os indicadores sintéticos que resumirão a evolução e permitirão a análise composta dos Objetivos e Eixos da PNDR, o Painel de Indicadores contará com indicadores analíticos que permitam a avaliação e acompanhamento das informações relevantes. Dentre esses indicadores de impacto, cabem destacar indicador de complexidade econômica das regiões e das atividades produtivas e serviços, indicador de densidade das atividades e o indicador de coerência produtiva das regiões. Serão ainda disponibilizados índices de associação e concentração espacial, permitindo uma análise regional comparativa.

Dessa forma, a partir de um Painel de Indicadores de Desenvolvimento Regional formulado sobre os três pilares estruturantes definidos conforme a PNDR: foco multidimensional, múltiplas escalas territoriais e acompanhamento e diagnóstico de curto prazo, será possível o acompanhamento, avaliação e monitoramento de ações com base em indicadores simplificados, compostos e analíticos, contribuindo assim para a redução das desigualdades regionais e fortalecimento da coesão social, econômica, política e territorial do Brasil.

Referências

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

DINIZ, C. C. **Estado e capital estrangeiro da industrialização mineira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1981.

_____. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem continua polarização, **Nova Economia**, v.3, n 1, 1993.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, v. 6, n. 1, 1996.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. Mudança no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. Curitiba: Ipardes, 1986. (Análise Conjuntural).

DINIZ, C. C.; MENDES, P. S. **Tendências regionais da indústria brasileira no século XXI**. Brasília, DF, IPEA, 2021. (Texto para Discussão, n. 2640).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório de Pesquisa: Painel de Indicadores de Desenvolvimento Regional para o Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR)**, 2015.

LIMA, A. C. C; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2010.

RESENDE, G. M., *et al.* Fatos Recentes do desenvolvimento regional no Brasil, *In:* RESENDE, G. M. (Org.) **Avaliação de políticas públicas no Brasil**: uma análise de seus impactos regionais. 2014.